

ARTIGOS

SENHOR GOVERNADOR

TARSO GENROEx-governador do Estado (PT)
tarso@portoweb.com.br

Como chefe do Executivo que reduziu R\$ 22 bi no passivo da nossa dívida com a União, venho, respeitosamente, emitir uma opinião sobre o nosso impasse gaúcho e, ao final, dar-lhe uma sugestão. Apoiado por todas as forças políticas do Estado, coordenamos um ajuste do passivo da dívida com o governo federal, cujos desdobramentos foram paralisados depois da deposição ilegal da presidenta Dilma. Esta crise levou os governos a interromperem o pagamento da dívida pública, o que tornou seu volume incontrolável. Com isso, nossos “especialistas” juraram que só as “reformas contra os privilégios” poderiam nos redimir. Ao contrário do que pregam, todavia, as que recomendam não chocam com privilégios, mas com os direitos dos “de baixo”.

Nossa estratégia no governo foi outra: não queimar os “ativos” do Estado, firmar que só crescimento da economia – no país e no Estado – poderia nos tirar da crise, promover uma “política econômica” contracíclica regional: “Plano Safra” gaúcho, Microcrédito expandido, cooperativas estimuladas

Confirme que o senhor é um líder diferenciado da direita que domina o país e retire o pacote

e outros projetos. Peço que o senhor se dê conta de que está em curso aqui uma armadilha conhecida no Chile, na Grécia, na Argentina e em vários paí-

ses e regiões da América e da Europa: uma forte pressão do empresariado que visualiza o problema sempre a partir do serviço público e não aceita aumentar impostos.

Confirme que o senhor é um líder diferenciado da direita que domina o país e retire o pacote: chame os partidos e a sociedade civil – sem restrições ideológicas – para debater uma grande “concertação” política com o objetivo concreto de buscar uma proposta aceitável e que o reforce nas negociações com a União. Se o pacote não for retirado, mas rejeitado, suas dificuldades e as dificuldades do Estado vão se agravar. E isso é ruim para todos, de todas as gerações. E, se ele for aprovado, será terra arrasada no setor público de um dos poucos Estados em que ele ainda funciona com dignidade.

(RE)ENGENHARIA NA EDUCAÇÃO

ALEXANDRE MENDES WOLLMANNPresidente do Sindicato dos Engenheiros no RS
alexandre@senge.org.br

O desenvolvimento socioeconômico brasileiro e o processo de consolidação da democracia em nosso país avançaram aos trancos e barrancos nas últimas décadas, sempre à sombra da desafiadora, e por isso decisiva, priorização da educação como alavanca de um futuro melhor e mais justo. Ideologias à parte, é inexplicável nossa incapacidade de transformar essas máximas, indefectíveis nos discursos eleitorais, em formulações eficientes e democráticas, articuladas a planos de médio e longo prazos.

Seja nos ensinos Fundamental, Médio ou Superior, são inegáveis tanto a qualificação quanto a dedicação dos nossos educadores. Também no campo da pesquisa avançada não nos faltam talentos nem interatividade com instituições internacionais. Mas, então, por que parece que tudo está errado?

Se observarmos a estrutura pública de ensino no Rio Grande do Sul, por exemplo, iremos perce-

ber um processo de sucateamento que avança a passos largos. A histórica falta de valorização dos professores se aprofunda ainda mais, substituída agora pelo aniquilamento das carreiras, como solução final ao necessário equilíbrio fiscal. Uma bomba de efeito retardado foi gradativamente montada ao longo do tempo, por pensamentos, palavras, atos e omissões, um verdadeiro pecado mortal contra as futuras gerações.

São inegáveis a qualificação e a dedicação dos nossos educadores

Os resultados desse desmonte já são claramente percebidos na cultura, nas artes, no conhecimento, nas ciências, na participação política, na estrutura social, nos índices de criminalidade e

em todos os demais indicadores que demonstram que, ao invés de avançarmos, estamos andando para trás. No caso da Engenharia, a baixa qualidade dos ensinos Fundamental e Médio, aliada ao baixo desempenho do PIB, compromete a qualidade e a atratividade dos cursos das escolas politécnicas.

Considerando-se a formação de um número ainda menor de engenheiros, somada à perda de qualidade provocada pela precarização do ensino em todos os níveis educacionais, não é exagerada a preocupação com a capacidade que teremos para enfrentar um novo e urgente ciclo de desenvolvimento, dificuldade que, aliás, já vivenciamos nos primeiros anos deste milênio.

Engendrar um sólido plano de educação, plural, democrático e voltado ao desenvolvimento, ao conhecimento, à diversidade, à cultura, à ciência, é um desafio do tamanho do Brasil e, por isso, uma tarefa de todos.

EM DIA

VALE TUDO

PEDRO DUTRA FONSECAProfessor titular do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS
pedro.fonseca@ufrgs.br

O limite estabelecido pelo Banco Central aos juros do cartão de crédito é simpático, apesar de 8% ao mês alegrar qualquer agiota. Interferências semelhantes no banco houve também de Delfim Netto, quando ministro, e de Dilma Rousseff. Ocorre que nenhum destes se considera liberal, ao contrário de Paulo Guedes e Campos Neto, que, antes de serem governo, defendiam a mais ampla autonomia ao Banco Central e criticavam tabelamento. O fato serve para refletir sobre os limites do liberalismo nestes trópicos e suas insólitas distorções.

Há uns dois anos, um secretário municipal de Porto Alegre resolveu demitir-se por não concordar com a “atualização da planta” do IPTU proposta pelo prefeito, a qual, com razão, entendia como um aumento de imposto disfarçado. Argumentava que, por ser liberal, não apoiaria tal medida, uma questão de coerência. “Deve ser ingenuidade ou um pretexto”, disseram... “Ora bolas, coerência?!” Já nos acostumamos: as ideias são maleáveis e o discurso depois da posse é outro, mesmo nesta terra de Gaspar Martins, autor da mais bela metáfora crítica à incoerência ideológica: “Ideias não são metais que se fundem”.

O liberalismo tem a incrível capacidade darwinista de adaptação, a qual ajuda explicar seus três séculos de sobrevivência. Claro, há o tipo oportunista, que se diz liberal só como rótulo social para não pagar imposto. Mas este não é incoerente e pensar no próprio bolso não é pecado. O que mais choca são os que se dizem liberais e praticam uma retórica radical na defesa de seus princípios, mas com “adaptações” opostas a eles. Por aqui há liberal que aumenta imposto, interfere na autonomia do Banco Central, censura obras de arte, pede subsídios ao governo, persegue quem pensa diferente, tabela preços e ameaça jornalistas e órgãos de imprensa para domesticá-los. Há agora até os que criticam a abolição dos escravos – em nome da liberdade – e a proclamação da República, sob a alegação de que resultou de uma “conspiração militar positivista”.

O inusitado é que tais liberais acham perfeitamente normal tudo isso, numa afronta a Locke e Adam Smith. Se um dia cruzar com um liberal socialista, não estranhe, por aqui nada é impossível. Com incrível capacidade de flexibilização, o liberalismo local pode tudo. Até adotar princípios doutrinários opostos aos seus.

Pedro Dutra Fonseca escreve às quintas-feiras, a cada 15 dias. Amanhã **Igor Oliveira**, consultor empresarial

Se um dia cruzar com um liberal socialista, não estranhe, por aqui nada é impossível